

## **RESUMO**

*A reunião iniciou-se pelas 17h20*

O Secretário de Estado da Saúde iniciou a reunião com a solicitação de uma apreciação global quanto ao projecto de diploma que cria o Instituto de Protecção e Assistência na Doença, I.P., publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, Separata n.º 5, de 7 de Novembro de 2016.

A FCSAP colocou como questão prévia e fundamental o direito de negociação tal como previsto na Constituição e na lei e a necessidade do seu cumprimento. Atendendo a que é um diploma que interfere nos direitos dos trabalhadores o mesmo tem que ser negociado com as estruturas representativas e, até hoje, não foi. É necessário assegurar que estão a ser respeitados os direitos dos trabalhadores da ADSE e é fundamental cumprir o direito de negociação nesta matéria e, como tal, a FCSAP exige que seja determinado um calendário negocial.

Quanto ao diploma em discussão a FCSAP fez notar que é composta por 30 sindicatos, com vários sindicatos da área da saúde, não sendo aceitável que apenas agora seja chamada a pronunciar-se sobre o mesmo. É necessário que o Ministério da Saúde clarifique no diploma qual é a figura jurídica em causa, uma vez que não o faz: se se trata de uma extinção, fusão ou reestruturação para aferir das consequências que daí advêm para os trabalhadores.

Por outro lado existem várias questões que devem ser discutidas, designadamente a abertura dos descontos a familiares dos trabalhadores (sendo fundamental que o governo indique quem são e qual o montante); a insegurança criada com a determinação da variabilidade dos descontos e dos benefícios em função da sustentabilidade do sistema; a atribuição de competência de fiscalização da doença à ADSE (que não está no quadro das suas competências); a inclusão no preâmbulo do projecto da intenção de transformação da ADSE numa mútua, objectivo que a FCSAP rejeita; a inclusão do Conselho Directivo no Conselho Geral de Supervisão, impedindo que este controle e fiscalize a actividade do Conselho Directivo; a indicação de apenas um representante das associações

## RESUMO DE REUNIÃO

14 de Novembro de 2016

representativas de aposentados deixando de fora o MURPI, organização mais antiga de defesa dos interesses e direitos dos aposentados e reformados; a não previsão de valor dos pareceres do Conselho Geral de Supervisão, não determinando se os mesmos são obrigatórios e vinculativos; a colocação de uma norma sobre sigilo sem a adequar aos normativos vigentes e fazendo acrescer uma obrigatoriedade adicional de sigilo que não é justificada e não considerando a necessária transparência dos protocolos estabelecidos e montantes pagos.

Sublinhou-se ainda que o artigo 23º coloca a possibilidade de selecção de trabalhadores no processo de constituição do Instituto o que é absolutamente inadmissível e pode provocar a mobilidade de trabalhadores.

O Secretário de Estado da Saúde informou que relativamente às questões laborais os sindicatos que representam estes trabalhadores e que estão na FCSAP serão chamados a negociar a regulamentação do diploma onde estará definido o enquadramento laboral. Relativamente à inclusão dos familiares esclareceu que o que está previsto é a possibilidade de adesão dos cônjuges que trabalham no sector privado e dos filhos maiores que, concluído o ensino superior, ainda pertençam ao agregado familiar dos trabalhadores beneficiários e afirmou ainda que a previsão da variabilidade dos descontos e benefícios tem que ser devidamente balizada não podendo ficar apenas ao critério do Conselho Directivo.

Solicitou ainda que a FCSAP fizesse chegar a sua apreciação por escrito, marcando a próxima reunião para o dia 25 de Novembro pelas 16 horas.

*A reunião terminou pelas 18h40*

FCSAP